



INDEPENDÊNCIA IMEDIATA E TOTAL PARA AS COLÓNIAS!

Depois de muitas ilusões lançadas de início sobre o povo português, o Governo Provisório prossegue a guerra colonial que, durante 13 anos grandes sacrifícios tem custado ao povo. Ao princípio apregoavam os revisionistas e o Governo Provisório de que fazem parte que tudo ia ser resolvido, que o povo português ia ver acabado o seu martírio de 13 anos e que os povos de Angola, Guiné-Cabo Verde e Moçambique iam ver reconhecido o direito à independência dos seus países. Agora, começa-se a descobrir a sua verdadeira face de neo-colonialistas, de interessados na exploração colonial, mas tentando levá-la a cabo sob novas formas que levem os movimentos de libertação a consenti-la de armas deitadas ao chão.

Foram iniciadas conversações com o PAIGC e a PRELIMC que agora se viram para das. O "socialista" Mário Soares, os revisionistas do P"O"P e todos os inimigos do povo unidos no governo dizem haver "dificuldades" que impedem que se chegue a um acordo. Mas que dificuldades são essas e quem as provoca? Não são concerta za provocadas pelos movimentos de libertação que desejam ver as suas pátrias lib- bertas e independentes, objectivo por que lutam há anos de armas na mão, e se afirmam repetidamente dispostos a ultimar o mecanismo que conduzirá a essa inde- pendência. As dificuldades são criadas pelos novos governantes portugueses que pretendem impôr soluções neo-coloniais que os povos das colónias repudiam firme- mente.

Contra o expresso anseio e inalienável direito dos povos de Angola, Moçam- bique e Guiné-Cabo Verde a decidirem dos seus próprios destinos e à independên- cia das suas pátrias; contra a luta heróicamente dirigida durante 13 anos pelos movimentos de libertação, vanguardas revolucionárias e executoras da vontade des- ses povos; contra a vontade do povo português em acabar com a criminosa guerra colonial que tem tirado a vida a milhares de filhos seus; contra a firme deci- são dos soldados do exército colonial português em regressar à sua ter- ra, de que são exemplo as manifestações de soldados em Bissau; contra o povo por- tuguês e os povos das colónias unidos na justa exigência de fim imediato da guer- ra colonial, regresso de todos os soldados a Portugal, independência total para as colónias, defendem os revisionistas do P"O"P e os seus companheiros de Gover- no soluções neo-colonialistas como o "referendum" ao qual Samora Machel respon- deu justamente: "quando um povo exprime o seu desejo em termos tão claros e ine- quívocos, duvidar deles constitui um insulto", e a "autodeterminação progressi- va" que não reconhece a esses povos que souberam levantar-se em armas contra a exploração e a ocupação das suas terras por potências estrangeiras e causaram até hoje graves derrotas às tropas coloniais portuguesas, a capacidade de se go- vernarem a si próprios. Defendem a continuação dos embarques de tropa para as colónias, para ocuparem esses países e aí semearem a guerra. Defendem a conti- nuação da morte dos filhos do povo português numa guerra em que se defendem os interesses dos capitalistas portugueses e dos imperialistas.

Contra as suas enganadoras afirmações de que pretendiam que "a paz voltasse às colónias", que reconheciam os movimentos de libertação como os verdadeiros representantes dos povos desses países, o Governo Provisório continua a dar co- bertura aos ataques das tropas portuguesas aos guerrilheiros, de que é exemplo a ofensiva lançada em Cabo Delgado nos últimos dias contra as forças da Preli- mo, à cerca da qual o Comando-Chefe afirma que "as operações ofensivas contra os guerrilheiros não serão interrompidas"; bem como à repressão a todo e qual- quer apoio por parte das populações às suas vanguardas revolucionárias, como o provam as decisões oficiais dos Governadores Gerais de Angola e Moçambique que proíbem o apoio público aos movimentos de libertação, factos sobre os quais todos os inimigos do povo, como os revisionistas do P"O"P não dizem nem uma pa- lavra, antes colaboram.



As colónias portuguesas são hoje disputadas pelo imperialismo e pelo social-imperialismo, aliados contra o inimigo comum, os movimentos de libertação, e tendo como executor do seu jogo encoberto e defensor directo dos seus interesses o Governo Provisório.

Ambos andam à conquista de bases militares que lhe permitam posições de domínio terrorista sobre África para responder com as chacinas criminosas a toda a luta dos povos oprimidos contra a exploração das riquezas e da mão de obra das suas pátrias. Os Estados Unidos possuem já bases militares nas colónias portuguesas em troca de auxílio fornecido ao governo português para derrotar a luta heróica dos povos explorados das colónias. Os revisionistas do P"CP, mandatários dos interesses do social-imperialismo soviético no governo, chamando às tropas portuguesas "forças da paz" (como se não tivesse sido até agora a guerra o resultado da sua estadia nesses territórios) e justificando o aumento do número de soldados do exército português de ocupação nas colónias pelo perigo que para esses países poderia advir de uma invasão da Rodésia ou da África do Sul, mais não pretendem que assegurar nas colónias as bases militares necessárias à defesa dos interesses dos seus patrões social-imperialistas. O Governo Provisório aplaude e dá cobertura a todas estas manobras. Nas conversações com o PAIGC sempre defendeu a separação da Guiné de Cabo-Verde, para assegurar o domínio português sobre este arquipélago, pois trata-se de um importante ponto estratégico para o domínio imperialista sobre o Atlântico, e o novo caixeiro-viajante da política portuguesa tem conversações com o seu colega americano Kissinger, perito na política imperialista de opressão dos povos do mundo.

Ambos não reconhecem os movimentos de libertação -FRELIMO, PAIGC e MPLA - como os representantes dos povos de Moçambique, Guiné-Cabo Verde e Angola; ambos procuram semear a confusão na luta desses povos pela libertação e independência das suas pátrias fomentando a criação de movimentos submetidos aos seus interesses, aguerridos defensores das teses neo-colonialistas. O imperialismo lança a formação de uma série de grupelhos da minoria colonialista, como as Ficos, Gumos, Mamos, enquanto que os social-imperialistas incentivam a formação do Partido "Comunista" de Moçambique. Tal traição nunca se viu, nem tal ingerência nos assuntos de outros povos. Ao mesmo tempo o Governo Provisório procura por todos os meios convencer os movimentos de libertação a deitarem as armas ao chão e, enquanto reprime qualquer manifestação de apoio por parte dos povos das das colónias aos seus combatentes de vanguarda, dá toda a abertura, toda a liberdade de acção a esses grupos reaccionários colonialistas na sua actividade de propaganda e de ataque aos movimentos de libertação.

Tudo isto não é de admirar de um governo que tem à frente o general Spínola, conhecido pelo seu papel de mentor no assassinato do dirigente do PAIGC Amílcar Cabral e chefe da criminoso invasão do território da Guiné-Conackry .

Damos todo o apoio aos movimentos de libertação na sua exigência de independência total para os seus países; damos todo o apoio às posições da FRELIMO e do PAIGC de repúdio de qualquer solução neo-colonialista.

Urmo-nos ao povo português na firme recusa da continuação da guerra colonial assassina, na exigência do regresso de todos os soldados, na exigência ao governo que reconheça o direito à independência das colónias portuguesas e que utilize os contactos actualmente existentes com os movimentos de libertação para lhes declarar esse seu justo direito e não para querer negociar aquilo que não se negocia -o destino de um povo.

Denunciamos como colaboradores com os interesses de exploração colonial todos os traidores do povo representados no governo, desde o "socialista" Soares até ao renegado revisionista Álvaro Cunhal e o seu partido burguês que junto das massas estudantis actua pela voz do seu destacamento revisionista UE"CP".

COM O POVO PORTUGUÊS EXIGIMOS: FIM IMEDIATO DA GUERRA COLONIAL

SOLIDÁRIOS COM OS POVOS DAS COLÓNIAS EM LUTA E COM OS SEUS COMBATENTES DE VANGUARDA EXIGIMOS: INDEPENDÊNCIA TOTAL E IMEDIATA PARA AS COLÓNIAS

Portugal, 21/6/74

A Direcção
da Organização dos Comités Revolucionários de Estudantes
Comunistas de Portugal